

Lei № 5.658, de 31 /08 12001

32.641 Processo nº:

## PROJETO DE LEI Nº 8.050

Autor:

PREFEITO MUNICIPAL

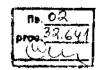
Ementa:

Autoriza doação, à Associação Pro-Familia S/C Ltda-APROFAM, de áreas públicas

localizadas no Centro.

Arquive-se.





Matéria: PL nº. 8.050	Comissões	Prazos:	Comissão	Relator
À Consultoria Jurídica.  Coltrada Loca  Diretora Legislativa	etr CERO COSP	projetos vetos orçamentos contas aprazados	20 dias 10 dias 20 dias 15 dias 7 dias	7 días - - - 3 días
23/05/200/		QUO	ORUM: M	A

23/65 1 Sec		QUORUM: MA
Comissões	Relator	Voto do Relator
À CJR.	Designo o Vereador:	favorável contagrio
Diretora Legislativa 3.9705 /2001	Presidente	Relato 29 / S / OI
ACEFO.	Designo o Vereador:	favorável
Diretora Legislativa	Presidente	Relator
ACOSP.	Designo o Veresilor:	favorável contrárjo
Diretora Legislativa	Presidente 0 1 /08/ -200	Relator
À	Designo o Vereador:	favorável contrário
Diretora Legislativa	Presidente	Relator
À	Designo o Vereador:	favorável contrário
Diretora Legislativa	Presidente	Relator / /
À	Designo o Vereador:	favorável contrário
Diretora Legislativa	Presidente	Relator





**OF. GP.L.** nº 257/01

Processo nº 0777-1/00

CAMARA MUNICIPAL

032541 mor 22 2 4 23

PROPERTY DEPART

Jundiai, 23 de Maio de 2.001.

#### Excelentíssima Senhora Presidente:

Permitimo-nos encaminhar à esclarecida apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade obter a necessária autorização legislativa para que a Prefeitura possa alienar, mediante doação, áreas públicas localizadas na Av. União dos Ferroviários e rua 1º de Maio - Centro.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos

de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

À

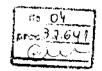
Exma. Sra.

Vereadora ANA VICENTINA TONELLI

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

NESTA





Processo nº 0777-1/00

РИВЦІСЛОДАО НИБЛІВА 31/05/2001 СМ

Apresentado. Encaminho-se à GJ e a:

APROVADO

Presidente
28/08/2001

#### PROJETO DE DE LEI Nº 8.050

Art. 1º - Fica transferida da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais a área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal, localizada à Avenida União dos Ferroviários s/nº e Rua 1º de Maio, Centro, respectivamente, que assim se descrevem:

Área 1: MATRÍCULA Nº 57.265 – do 1º SRI - "Com a área de 310,66 metros quadrados, que assim se descreve: inicia na divisa do alinhamento da futura Avenida União dos Ferroviários com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. em reta, numa distância de 34,10 metros confrontando com a Estrada de Ferro Sorocabana; deflete à direita e segue confrontando com a Rua 1º de Maio numa distância de 9,30 metros; deflete à direita e segue confrontando com o imóvel de Nilton Carbol e outros, numa distância de 34,00 metros e deflete à direita e segue confrontando com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. numa distância de 9,00 metros, até o ponto inicial desta descrição."





Área 2: MATRÍCULA Nº 56.397 – do 1º SRI - "Com a área de 255,12 metros quadrados, que assim se descreve: fazendo frente para a Rua 1º de Maio com 7,75 metros; lado direito de quem da via olha o imóvel, medindo 34,00 metros confrontando com Rubens Kneubuhl e outro; lado esquerdo de quem da via olha o imóvel, medindo 33,80 metros confrontando com Adrien Carbol; e nos fundos medindo 7,30 metros confrontando com Indústrias Andrade Latorre S/A."

- Art. 2º Fica a Prefeitura do Município de Jundiaí autorizada a alienar, mediante doação, o imóvel descrito no artigo anterior à APROFAM Associação Pró-Família S/C Ltda., para utilização consentânea com suas finalidades sociais.
- Art. 3º A doação far-se-á mediante escritura, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.
- Art. 4º A entidade beneficiada comprometer-se-á, no instrumento a ser lavrado, a:
- I Iniciar as obras necessárias à utilização pretendida no prazo de 02 (dois) anos contados da data da lavratura da escritura pública;
- II Submeter previamente à aprovação da Prefeitura o projeto de construção com todas as especificações necessárias;
- III Não dar ao imóvel finalidade diversa da estatuída na presente Lei, sendo vedada a locação ou transferência do uso a terceiros, a qualquer título.
- Art. 5º A inobservância das condições fixadas nos artigos 2º e 4º desta Lei acarretará a retrocessão do imóvel ao patrimônio público municipal, acrescido das benfeitorias que nele tenham sido realizadas, independentemente de qualquer indenização.
- Art. 6° Fica dispensada a realização do certame licitatório, tendo em vista o relevante interesse público e a prescrição constante do artigo 17, I, "b", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993.
- Art. 7º O imóvel de que trata esta lei está caracterizado na planta anexa, que, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante desta lei, juntamente com o laudo de avaliação pertinente e o projeto de construção.



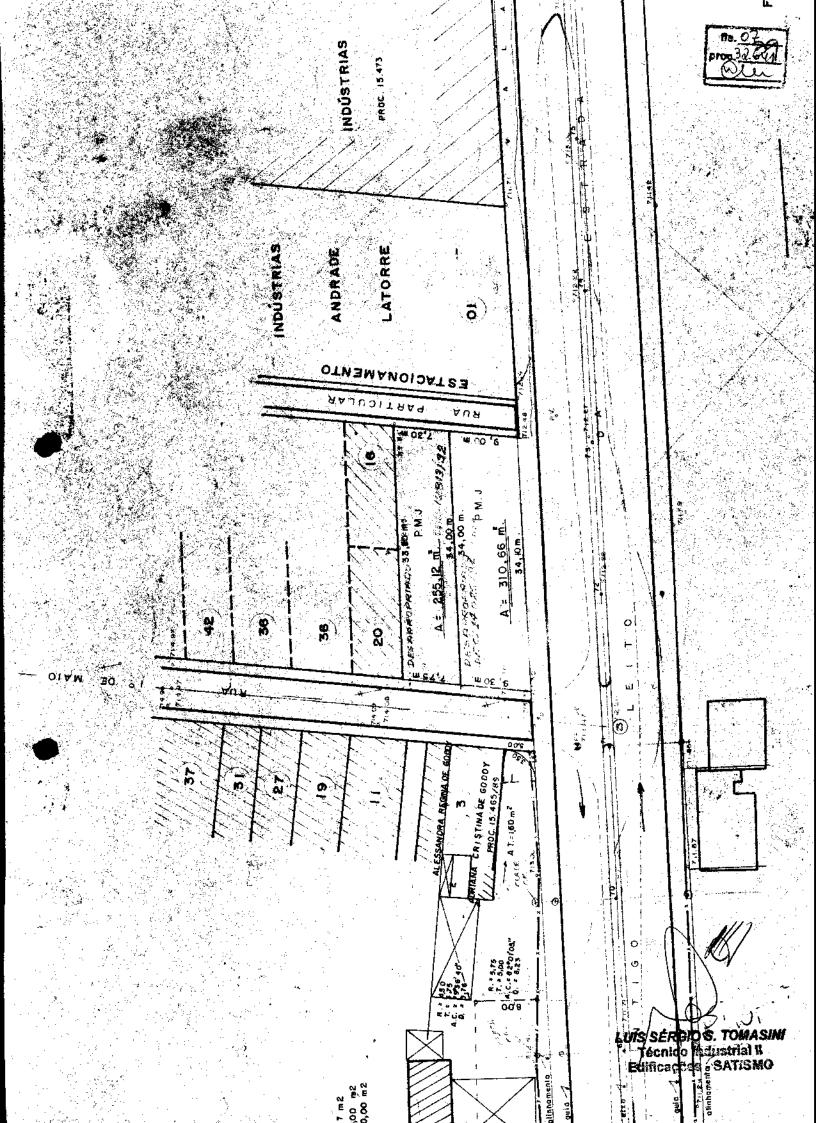
Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da adquirente do imóvel.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MIGUEL HADI AD

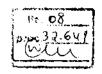
Prefeito Municipal

scc.2





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS D.V.O./SEÇÃO DE ENGENHARIA



## LAUDO DE AVALIAÇÃO

#### REFERÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

Processo nº

777-1/2000

Decreto nº

\*\*\*\*

Finalidade

A avaliação destina-se à doação de próprio municipal.

## 2. REFERÊNCIAS DOMINIAIS:

Proprietária

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Interessados

ASSOCIAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA S/C LTDA.

Cadastro Municipal

01.042.001 e 01.042.037

Matrícula

56.397 e 57.265 - 1º S.R.I

#### REFERÊNCIAS DO IMÓVEL:

Local

Av. União dos Ferroviários, esquina c/ Rua 1º de Maio

Imóveis

terrenos

Testadas

34,00 m , para a Av. união dos Ferroviários

Número de Testadas

02

Formatos

irregulares

Topografias

plana, em relação a Av. União dos Ferroviários

Solo

próprio para edificações

Salubridade

seca

Edificações

não há

Serviços Públicos

nao na

rede de água potável, rede de esgoto, rede de energia elétrica, iluminação pública, rede telefônica,

pavimentação asfáltica e transporte coletivo próximo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS D.V.O./SEÇÃO DE ENGENHARIA



ÁREAS AVALIADAS:

 $\text{Área 1} = 310,66 \text{ m}^2
 \text{Area 2} = 255,12\text{m}^2$ 

5. VALOR AVALIATÓRIO:

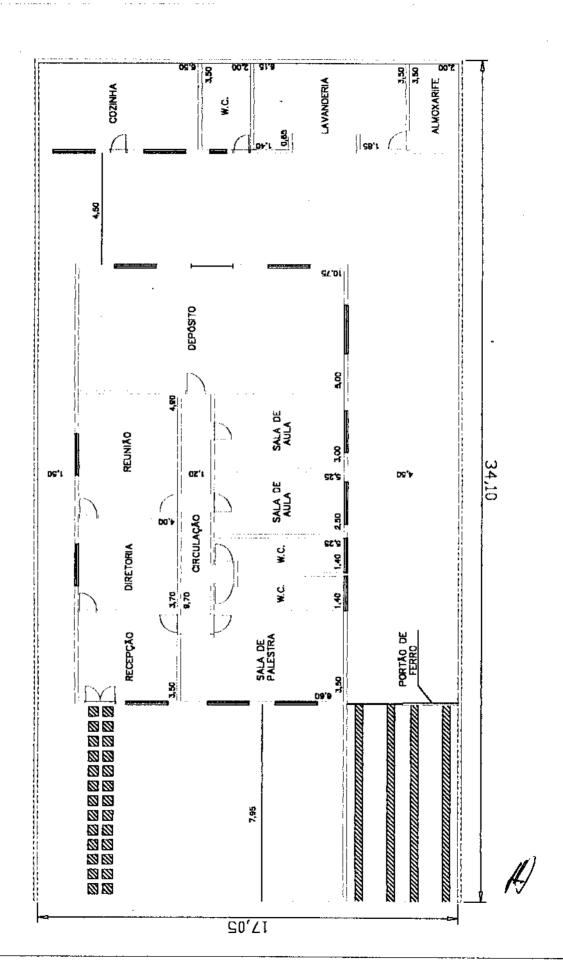
TOTAL.				•••••	=		R\$	76.380,30
área 2	:	255,12 m <sup>2</sup>	Х	R\$	135,00 /m²	=	<u>R\$</u>	34.441,20
área 1	:	310,66 m²	X	R\$	135,00 /m²	=	R\$	41.939,10

( Setenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e trinta centavos)

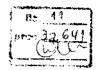
Jundiai, 26 de Abril de 2.001.

ANA CRISTINA DE MELO FERREIRA ASSISTENTE TÉCNICO I SMO/DVO/SENG









#### **JUSTIFICATIVA**

Excelentíssima Senhora Presidente:

Senhores Vereadores:

Estamos submetendo à apreciação dessa Egrégia Edilidade, o presente Projeto de Lei que tem por objetivo obter a necessária autorização legislativa para que a Prefeitura possa alienar, mediante doação, áreas públicas localizadas na Av. União dos Ferroviários e Rua 1º de Maio, não aproveitadas quando da implantação da referida avenida.

A medida visa atender aos anseios da Associação Pró-Família, visando proporcionar melhores condições de realização de seus fins sociais.

A Associação Pró-Família é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 5.320, de 09 de novembro de 1999, cujo objeto é a prática da caridade material.

A propositura está amparada nas disposições da Lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Assim, justificados os motivos da presente iniciativa e o interesse público, permanecemos convictos do apoio dos Nobres Vereadores para sua integral aprovação.

MIGUEL HAIDAI

Prefeito Municipal





#### CONSULTORIA JURÍDICA PARECER Nº 5.853

#### PROJETO DE LEI Nº 8.050

PROCESSO Nº 32.641

De autoria do **PREFEITO MUNICIPAL**, o presente projeto de lei autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda – APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

A propositura encontra sua justificativa às fls.11, vem instruida com as plantas de fls. 7 e 10, e do laudo de avaliação de fls. 8/9, conforme exigência inserta na Carta de Jundiaí –art. 112 e parágrafo único.

É o relatório.

#### PARECER:

O projeto de lei em exame é legal no que concerne à competência (art. 6°, "caput") e quanto à iniciativa, que é privativa do Chefe do Executivo (art. 72, IV e V, c/c o art. 107: art. 110, I, "a" e 112), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí.

A matéria é de natureza legislativa, encontrando amparo no art. 17, I, "b" da Lei federal 8.666/93, consolidada pela Lei federal 8.883/94, e a concordância da Câmara constitui condição indispensável à consecução do intento (art. 13, IX, L.O.M.). Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

Além da Comissão de Justiça e Redação devem ser ouvidas as Comissões de Economia, Finanças e Orçamento e de Obras e Serviços Públicos.

QUORUM: maioria absoluta (letra "e" do § 2º

do art. 44, L.O.M.).

S.m.e.

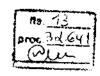
Jundiaí, 28 de maio de 2001.

JOAO JAMPAULO JUNIOR

Consultor Jurídico



#### Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 32.641

PROJETO DE LEI Nº 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, que autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda. - APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

#### PARECER Nº 135

A Lei Orgânica de Jundiaí - art. 6º, "caput", e art. 72, IV e V. c/c os arts 107; 110, I, "a" e 112 - confere ao projeto de lei em exame a condição legalidade no que concerne à iniciativa e à competência, conforme depreendemos da leitura do estudo apresentado pela Consultoria Jurídica da Edilidade, expresso no Parecer nº 5.853, de fls. 12, que houvemos por bem subscrever na totalidade.

A natureza legislativa do texto é inquestionável, em razão de objetivar o aval da Câmara para proceder a doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda. - APROFAM, das áreas públicas descritas no art. 1º da proposta, encontrando respaldo no art. 17, I, "b", da Lei Federal 8.666/93, consolidada pela Lei Federal 8.883/94 - lei de licitações, encontrando-se devidamente instruída com a documentação pertinente.

Finalizamo-nos, face aos argumentos ofertados, votando favorável à matéria.

É o parecer.

APROVADO

85/06/Jao

Sala das Comissões, 29/05.2001.

JOSÉ APARÉCIDO MARCUSSI

Presidente e Relator

FELISBERTO NEGRI NELLO

JÚLIO **ČÉ**SAR <del>DE OLÍV</del>

JOSÉ ANYONO KACHAN

OPES ORLATO



## Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



Proc. 32.641

Junte-se a documentação anexa (cópia de documentos relativos à declaração de utilidade pública da Associação Pró Família S/C LTDA – APROFAM, pela Lei nº. 5.320/99).

PRESIDENTE 05/06/2001



#### Proc. nº 21,283-9/99 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



## LEI N° 5.320, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1999

Declara de utilidade pública a APROFAM – ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de outubro de 1999, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a APROFAM - ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA., com sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MIGUEZ HADDAD
Prefeito Municipal

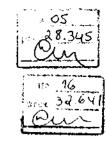
Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e nove.

MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

nn/1

## CARTÓRIO DO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS



COMARCA DE JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO RUA DR. LEONARDO CAVALCANTI, 114 - TELEFONE 434-0644 OSMAR PEREIRA DA SILVA

AM

CARTORIO DO 19 OFICIAL DE REGISTAD DE TITULOS E DOCUMENTOS OSMAR PEREIRA DA SILVAJ — OFICIAL

Eu, Escrevente Autorizadzio), assino.

TERESA CRISTINA CINIZ PORETRA SOARES LUIZ CARLOS PICOLO

> Recolhidos pela Guia NO 132 99 PROTOCOLO NO \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Jundiaí, 23 de julho de 1998.

Ata nº 01/98

Aos vinte e três dias do mês de Julho de hum mil, novecentos e noventa e oito, as vinte horas e trinta minutos, na sede social na rua Abissínia, 151, Jardim Bonfiglioli, nesta cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, reuniram-se os diretores da APROFAM - ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA.. Iniciando os trabalhos, o Sr. Paulo Cesar Mattiuzzo, nomeou-me Fábio Pontes de Oliveira, como Secretário. A seguir, foi aberta a sessão e foram discutidos e resolvidos os seguintes assuntos:

Primeiro: Foi aprovada a fundação da APROFAM - ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA., com sede social a Rua Abissínia, 151, Jardim Bonfiglioli, nesta cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, sendo uma sociedade beneficente, sem fins lucrativos, que atuará junto a famílias carentes, a princípio com doações de cestas básicas para auxílio de alimentação, promovendo eventualmente demais tipos de auxílio conforme suas possibilidades.

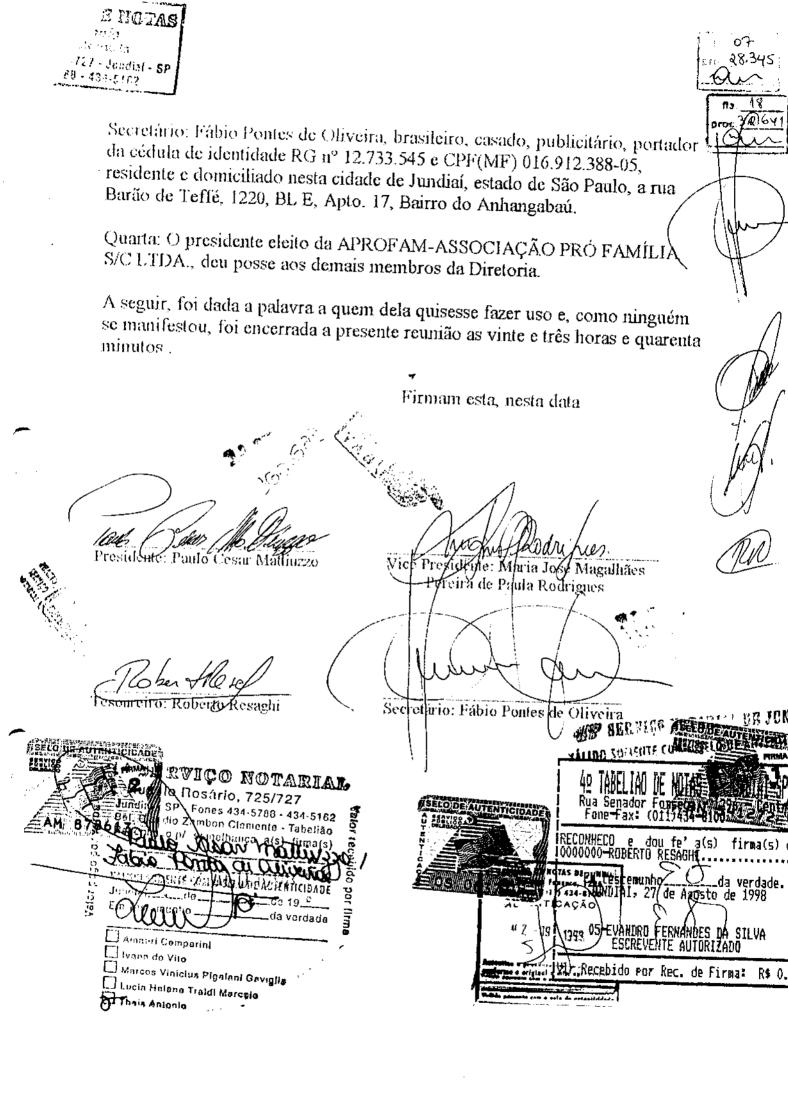
Segundo: Foi definido e aprovado o estatuto que deverá reger a APROFAM - ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA.

Terceiro: Foi definida e eleita a diretoria para o período de 23 de Julho de 1.998 a 22 de Julho de 2.003, assim constituída:

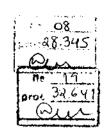
Presidente: Paulo Cesar Mattiuzzo, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 13.019.460 e CPF(MF) 016.970.838-11, residente e domiciliado nesta cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, a rua João Carbonari JR., 463, Bl 18. Apto. 74, Bairro Boa Vista;

Vice-Presidente: Maria José Magalhães Pereira de Paula Rodrigues, brasileira, Casada, Autônoma, portador da cédula de identidade RG nº 015.990.648-20 e CPF(MF) 13.944.804-4, residente e domiciliado nesta cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, a rua Rua. Inglaterra 261, Jardim Cica.

Tesoureiro: Roberto Resaghi, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 7.122.952 e CPF(MF) 016.785.018-08, residente e domiciliado nesta cidade de Jundiaí, estado de São Paulo, a rua Antonio Liberato, 62, Vila Della Piazza:



## <u>ESTATUTOS</u> <u>DA</u> APROFAM - ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA.

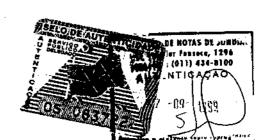


## Do nome, Objeto e Sede da Sociedade:

- art. 1°] A APROFAM ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA S/C LTDA, doravante denominada de Aprofam, fundada em 23 [vinte e três] de Julho de 1.998 [um mil, novecentos e noventa e oito], com sede a rua Abissínia, 151, Jardim Bonfiglioli, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, é uma sociedade civil beneficente de assistência social, com personalidade jurídica. Terá existência indeterminada e número ilimitado de sócios, cujo foro será também no local acima referido, tendo por objeto a prática da caridade material por todos os meios ao seu alcance, conforme disposições regidas pelo regimento interno.
- art. 2º l Com o objetivo de angariar fundos e doações, a Aprofam poderá ainda:
  - al promover eventos extras com fins de angariar fundos.
- b] utilizar-se de propaganda, na imprensa escrita, falada e televisiva, ou qualquer outro tipo de divulgação que venha a estar ao seu alcance.
  - c] patrocinar eventos que resultem em aumento de doações.
- art. 3º] A Aprofam tem por objetivo também promover festas em datas comemorativas, tais como festa de Natal, festa do Dia da Criança, etc., sempre de acordo com as possibilidades e com os procedimentos regidos pelo regulamento interno.

## Dos Sócios, Seus Deveres e Direitos:

- art. 4º] A Aprofam compõe-se de:
- a] de ilimitado número de pessoas maiores de 18 [dezoito] anos, sem distinção de raça, credo, sexo ou nacionalidade, que a ela se associem, aceitando as obrigações decorrentes desse ato.
- b] de pessoas menores de 18 [dezoito] anos, quando propostas e apresentadas pelos pais.
- art. 5º] Dividem se os sócios em três categorias, a saber:
- a] Honorários: São todos aqueles que na tribuna, na imprensa e na administração pública do país, hajam praticado obras altamente humanitárias e patrióticas.
- b] Contribuintes: São todos aqueles que se inscreverem no quadro social e contribuírem de forma e com valores estipulados no regimento interno.



(lyg)

c]Beneméritos: São todos aqueles que ao invés de contribuir em dinheiro, a sua contribuição em trabalhos para a associação. Trabalhos esses de caráter adificir trativo, ou braçal.

6°] Para entrar como sócio em qualquer das categorias, o candidato deverá subsidecer as disposições descritas no regimento interno.

- art. 7º] O sócio na sua inscrição deve obrigar-se a cumprir com seus deveres sociais, na conformidade dos estatutos, regimentos e regulamentos baixados pela diretoria.
- art. 8º | Somente os sócios beneméritos gozarão indistintamente de todos os direitos e vantagens conferidos por este Estatuto, já os sócios contribuintes somente não poderão se candidatar a membro da diretoria.
- art. 9°] Os sócios honorários, gozarão apenas de honras atribuídas às suas personalidades e investiduras.
- art. 10°] São deveres dos sócios:
- a] respeitar e fazer respeitar este Estatuto em toda sua plenitude, bem como os regulamentos e regimentos da Aprofam.
- b] aceitar e dignificar todos os cargos com que foram distinguidos pela diretoria.
- c] participar à Secretaria, a mudança de sua residência, dentro de dez dias, a fim de que esteja em contato permanente com a Aprofam e possa receber normalmente as instruções que lhe couberem.
- art. 11º] São direitos dos sócios quites:
- al discutir nas assembléias gerais, podendo mediante declaração assinada, delegar poderes para esse fim a outro sócio quites, que poderá representar até 1 [um] sócio ausente.
- b] comparecer às sessões levadas a efeito pela Aprofam, quer em sua sede, quer em lugar público.
- art. 12°] O sócio contribuinte que faltar ao pagamento de sua mensalidade por mais de 3 [três] meses, será considerado renunciante aos seus direitos. Cancelando-se-lhe em consequência a matrícula, salvo entendimento com o tesoureiro ou presidente.
- art. 13º Será motivo para eliminação do quadro social e constituir-se o sócio como infrator dos deveres que lhe prescrevem este Estatuto, e o regimento interno todo aquele que faltar as obrigações de seus cargos ou, por discordância das decisões da diretoria se oponha a qualquer tipo de definições por ela estipulada.





A eliminação de que cogita o artigo anterior será sempre precedida de admoestação feita em particular ao sócio infrator pelo presidente da diretoria no sentido de induzi-lo fraternalmente a corrigir-se e só será aplicado em caso de procesión costumância ou reincidência, verificada a inutilidade dos meios suavisórios. Não havendo concordância o sócio será eliminado do quadro.

art. 15° l O sócio que no desempenho do cargo da sua função social, que lhe tocar em razão deste Estatuto ou por determinação da diretoria, cometer algo que fuja as normas desta, depois de feita a apuração de sua culpabilidade, será eliminado do quadro social pela diretoria, ficando sujeito as penalidades jurídicas que o caso comportar.

## Da Diretoria

art 16º] A sociedade será dirigida pela diretoria:

Presidente, Vice Presidente, Tesoureiro e Secretário.

Parag. 1º) A Diretoria compete: a iniciativa e execução do programa social, bem como a solução dos casos omissos neste estatuto, sendo suas resoluções tomadas por maioria.

Parag. 2°) A Diretoria se reunirá ordinariamente todo último final de semana de cada mês, a seu critério se sábado ou domingo, para aprovar as contas mês e fechamento do livro caixa. Reunir-se-a extraordinariamente quantas vezes se tornar preciso mediante a convocação do Presidente



art 17º] O Presidente da Diretoria, com a aprovação desta nomeará 7 (sete) sócios quites para formarem o Conselho Deliberativo.

Parag. 1°) O Conselho Deliberativo terá como missão averiguar a procedência dos fatos levados ao conhecimento da Diretoria. Essa missão será apenas de caráter informativo não podendo prevalecer em hipótese nenhuma a opinião que formarem sobre o apurado nas sindicâncias feitas, cujo mérito só poderá ser apreciado pelo Presidente da Diretoria o qual decidirá soberanamente.

Parag. 2°) Os membros do Conselho Deliberativo servirão na sua missão pelo tempo que forem designados por ocasião de sua nomeação, podendo ser dispensados de sua função antes do prazo, a critério do Sr Presidente da Diretoria.

art 18°] Se no decorrer da sua gestão, a Diretoria vier a ficar desfalcada de um de seus membros, os outros componentes desta Diretoria, escolherão o substituto que assumirá automaticamente essa função até o término do mandato.

art 19° | O mandato da Diretoria é por 05 (Cinco) Anos.

art 20° | Compete ao Presidente da Diretoria:



a) - Cumprir e fazer cumprir este estatuto.

Presidir todas as reuniões da Diretoria.

Assinar e rubricar todos os livros em uso da Aprofam.

dV- Assinar de acordo com o regimento interno.

dy-Assmar de acordo com o regimento accesado en juízo ou fora dele e em gefal nas suas relações com terceiros, em conformidade com as disposições do código civil.

## art 21° Compete ao Vice Presidente da Diretoria

a) - Substituir o Presidente em caso de seu impedimento.

## art 22º] Ao Secretário compete:

a) - Superintender e fiscalizar a escrituração geral da sociedade.

b) - Superintender todo o expediente da secretaria, providenciar sobre todas as reclamações a esta dirigidas.

c) - Organizar o registro geral de sócios com clareza no livro competente.

d) - Secretariar todas as reuniões da diretoria e lavrar a respectivas atas com imprescindível nitidez no devido livro.

art 23°] Ao tesoureiro compete:

- a) Arrecadar a "Receita" da APROFAM; custear as despesas orcamentarias e extraordinárias devidamente autorizadas sempre que as contas ou ordens respectivas estejam visadas pelo presidente da diretoria.
- b) Trazer em dia a escrituração do livro (caixa); ter sob sua guarda os respectivos saldos.

## DA ASSEMBLÉIA GERAL

art 24º A assembléia geral ordinária dos sócios, reunir-se-a quinquenalmente, em data a ser estabelecida e publicada com dez dias de antecedência em um dos jornais locais. O presidente da diretoria a convocara mediante aviso, contendo as necessárias declarações.

art 25° A assembléia geral só funcionara em primeira convocação com dois terços dos sócios quites, verificado pelo livro de presença. Após meia hora será feita a segunda convocação sendo deliberado os pontos em questão, seja qual for o numero de sócios presentes no local.

parago 1º) - Consideram-se quites para o efeito de que dispões este artigo, os sócios que estejam quites com as contribuições dos três últimos meses anteriores ao que se realiza a reunião da assembléia.

parago 2º) - Embora quites de suas mensalidades, os sócios só poderão votar e serem votados nas assembléias gerais, depois de decorridos 12(doze) meses de sua matrícula.





art 26°] Em primeira ou segunda convocação conforme disposto no artigo anterior o presidente abrirá a assembléia, declarando-a legalmente instalada e passara qui seguida a sua direção ao presidente que ela indicar, o qual entre os presentes convidara um sócio para secretariar.

12 28345 Our 11. 23 pm. 34.641 Olu

art 27° sassembléia geral reunir-se-a extraordinariamente:

parag° 1°) - Quando o presidente da diretoria julgar conveniente convoca-

parag° 2°) - Os sócios não estando de acordo com os atos da diretoria e julgarem necessária sua convocação e a requererem por escrito, o presidente não poderá recusa-la, desde que o requerimento seja assinado por no mínimo 51% [cinqüenta e um por cento] dos sócios quites e beneméritos na ocasião.

art. 28°] Para que se realize a Assembléia de que trata o artigo precedente, parag° 2° e seja obrigatória suas resoluções, é necessário o comparecimento de pelo menos 51% [cinquenta e um por cento] dos sócios reinvindicantes. Caso contrário, o presidente fará nova convocação com o prazo de oito dias.

paragº único. Se na segunda convocação ainda não comparecer o número necessário de sócios, indicado neste artigo, considerar-se-a desprezado o recurso e encerrado o incidente.

## DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA:

art. 29°] Os membros da diretoria serão eleitos em Assembléias Gerais convocadas pelo Presidente da Diretoria, e sendo, o partido candidato, necessariamente membro do quadro de sócios beneméritos da Aprofam.

parago 1º. Nessa eleição só serão admitidos votar os próprios membros da Diretoria e todos os sócios quites, contribuintes e beneméritos, matriculados há mais de doze meses.

parag° 2°. A mesa eleitoral será presidida e secretariada pelo Secretário da sociedade, integrado pelo Presidente da Diretoria.

parago 3º. Verificando-se empate na votação, se procederá a nova eleição, no mesmo dia, porém, meia hora depois do encerramento da primeira e lavradura da respectiva ata.

parago 4º. Os membros da mesa eleitoral são obrigados a votar e serem votados nessa eleição.

parag° 5°. A posse da diretoria eleita para iniciar o novo período administrativo se dará em sessão magna após a eleição.

art. 30°] Todos os membros da diretoria poderão ser reeleitos.

DISPOSIÇÕES GERAIS.



(Table

art. 31 Praprofam se compromete a fazer suas doações sempre nos domicílios dos agraciados, permitindo assim um acompanhamento da situação. Ficando assim sua sede restrita ao uso de armazenamento e reuniões da Diretoria.

art. 32°] Devido a não ocupar sede própria, a sede da Aprofam está e estará sempre ligada a sua diretoria, havendo assim a necessidade de mudança desta sempre que houver mudança do quadro diretor.

art. 33º] Enquanto sua diretoria estiver ativa, a Aprofam não poderá ser dissolvida.

art. 34°] Verificada porém a impossibilidade da sociedade levar adiante os fins a que se impôs por este Estatuto, o Presidente da Diretoria convocará uma Assembléia Geral Especial, com antecedência de 20 [vinte] dias, que se instalará com qualquer número de sócios presentes, e nessa convocação deliberará sobre a forma de dissolução e qual o destino a ser dado ao patrimônio social da Aprofam. Patrimônio esse que na sua totalidade, incluindo-se bens móveis e imóveis, serão destinados para outras entidades congêneres ou assistências legalmente existentes nesta cidade de Jundiaí estado de São Paulo.

art. 35°] A Aprofam se permite a doar todo e qualquer excedente de doações, ou doações estranhas ao seu objeto preferencial a outras entidades congêneres ou assistências legalmente existentes nesta cidade de Jundiai estado de São Paulo.

art. 36°] Os sócios da Aprofam não respondem subsidiariamente pelas obrigações expressas ou intencionalmente contraídas em nome dela ou pelas obrigações sociais.

art. 37º] Para todos os fins de direito, o ano social encerrar-se-a a 31 [trinta e um] de dezembro, devendo nessa época a Tesouraria levantar o balancete geral, o qual será submetido a apreciação da Diretoria.

art. 38° | O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação em Assembléia Geral, podendo entretanto ser reformado a qualquer momento, por sugestão do Presidente da Diretoria.

parag°, único. Essa reforma só poderá ser levada a efeito numa Assembléia Geral Especial na qual tomarão parte no mínimo 51% [cinquenta e um por cento] dos sócios beneméritos e no mínimo 10 [dez] dos sócios contribuintes.

art. 39°] O Presidente da Diretoria nomeará e destituirá tantas comissões quantas forem precisas a boa execução dos serviços e finalidades da Aprofam.

(Tuebo

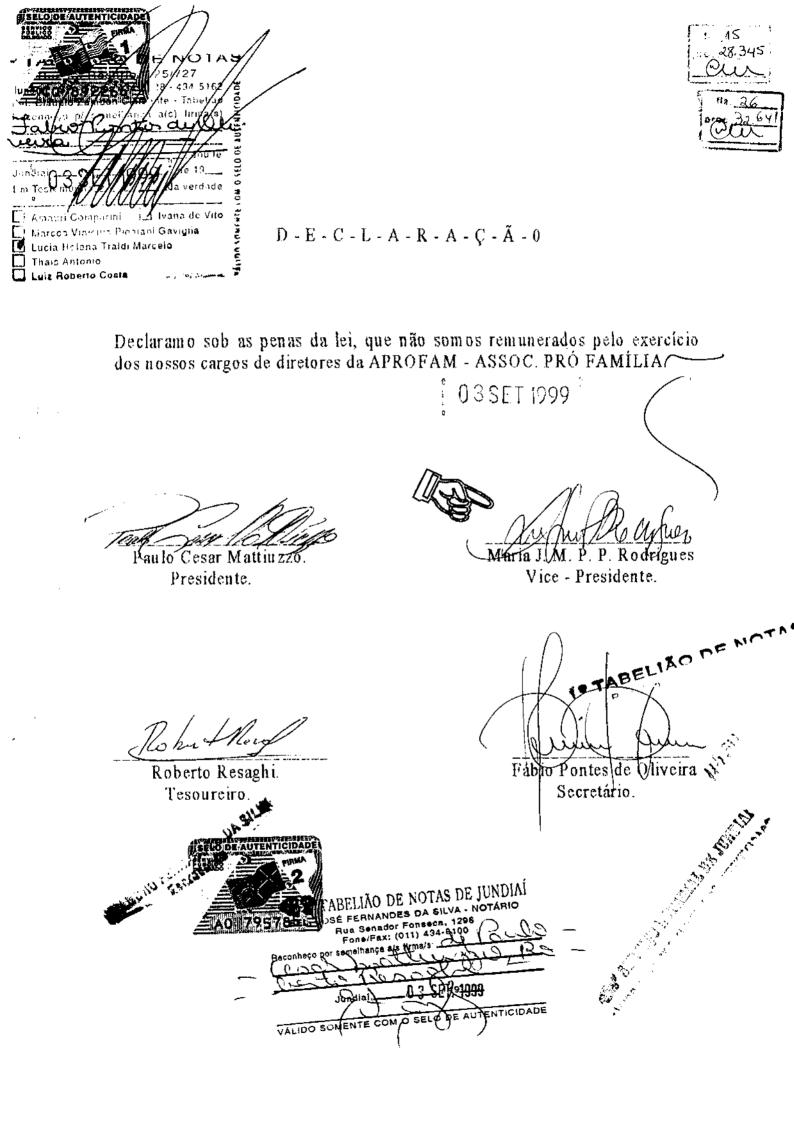


art. 40° Tordos os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos pelo Presidente da Diretoria e depois sancionados por uma reunião plenária da totalidade dos membros da Diretoria.

art. 41°] O presente Estatuto foi lido, discutido e aprovado por unanimidade em Assembléia Geral realizada em 24 [vinte e quatro] de Julho de 1.998 [um mil, novecentos e noventa e oito].

art. 42º] Revogam-se as disposições em contrário.

LEBERTICO HOTARIAL QUARTO Jundiai, 21 de Julho de 1.998. 10ub Paulo Cesar Mattiuzzo RG: 13.019.460 Suchodo CIC 016.970.838/11 **PRESIDENTE** BERVIÇO NOTARIAL DE JUNDIAL vico notarial Rosário, 725/727 ones 434-5788 - 434-5162 on Clamente - Tabelião AP SERVICO A OTARMIC Jundiai/SP. Ul Ivans de ∀8o Marces Vinicius Pigaloni Gevi**giia** ] Lucia Helana Yruldi A**arcolo** Their Antonio क्षांत्रक्षेत्र अस्त्रिक्टरेशेव थेव Espenyanin . ÃO DE NOTAS DE JUNDA





# 

CNPJ: 02.746.954/0001-73

Relatório de Atividades: Ago/98	Ago/98	Set/98	Out/98	Set/98 Out/98 Nov/98 Dez/98 Jan/99 Fev/99 Mar/99	Dez/98	Jan/99	Fev/99	Mar/99	Abr/99	Mai/99	Jun/99	Jul/99 TOTAL	TOTAL
08/98 a 07/99													
Famílias Cadastradas	15	15	17	17	15	15	17	17	15	14	16	17	190
Otde de cesta básica	15	15	17	18	15	15	17	<u></u> <u>†</u> 1	15	14	16	11	191
Qtde de pessoas	74	78	93	86	79	79	96	96	81	73	8	22	
Kilos (22 Kg p/ cesta)	330	330	374	396	330	330	374	374	330	308	352	374	4.202
VI. R\$ por cesta; R\$ 32,50 487,50 487.50 552.50	487,50	487,50	552,50	585,00	585,00 487,50 487,50	487,50	552,50	552,50	487,50 455,00	455,00	520,00	552,50	520,00 552,50 6,207,50

ltens que compõem a cesta básica: 5kg de arroz, 2kg de feijão, 3kg de açucar, 1kg de sal, 1pct de fubá, 1pct de pó de café,

pet de farinha de milho, 1 pet de farinha de trígo, 1pet de farinha de mandioca, 2 pet's de macarrão, 1pet de bolacha doce,

I pct de bolacha salgada, 1 iata de achocolatado, 1 lata de leite em pó, 2 lt's de óleo, 1 lt de ervilha, 1 lt de sardinha

l lata de derivado de tomate, 1copo de tempero, 1lt de goiabada, 4 sabonetes, 1 pct de papel higiênico c/4, 1pct de sabão pedra c/5, 2 tubos de creme dental

Foi entregue também em Outubro dia da criança e em dezembro no Natal, brinquedo para todas as crianças até 12 anos.

Enviamos roupas e calçados para famílias cadastradas, asilos e orfanatos.

Fornecemos no mês de Outubro alimentos a um orfanato de Várzea Paulista [Casa Transitória Menino Jesus] e no mês de

Dezembro encaminhamos por volta de 30 pacotes de leite em pó ao sítio Agar em Cajamar.

No dia 19 de dezembro fornecemos uma cesta de natal para 16 famílias com os seguintes itens: 1 panetone, 1 champanhe,

1 ex de bombom, 2 l's de guaraná, 1 groselha, um frango, 1 ex de chiquinitos, 1 bandeja de chambinho, 2 lt's de sardinha, 10 pet's de miojo, 1lt de salsicha, 1pct c/3 torrones, 1 pct de goiabada e uma lata de pêssego§ em calda.

Jaulo Cesar Mattiuzzo

38,345 Our



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

ns. 28 proc 32.641 Que

NÚMERO DE LHSCRI 02.746.954/000:		CARTÃO DE IDENTIF PESSOA JURÍI	ICAÇÃO DA DICA	10/09/1998	30/06/2000
NOME EMPRESARIAL APROFAM ASSOCI	ACAO PRO-FAMILIA				
TITULO DO ESTABE APROFAM	LECEMENTO (HOME DE F	INT ASIA)			
códico e descriç 91.99-5 - OUTR	ÃO DA ATIVIDADE ECON AS ATIV ASSOCIATIV	MICA PRINCIPAL AS N-ESPECIFICADAS			
códico e descriç 302-6 - ASSOCI	ÃO DA MATUREZA JURÍO ACAO	I Ca			
LOGRADOURO RUA ABISSINIA			151	COMPLEMENTO	
CEP 13207-320	JARDIM BONFIG	LIOLI	JUNDIAL		SI
CALXA POSTAL/FA TEL: 011-7397	x/correto eletrônico, 209/FAX: 011-739720	TELEFONE 19			
CPF DO RESPONSÁ 016.970.838-1		TUAÇÃO ESPECTAL			
PROVADO PELA IN/	SRF NO. 54/98		far year	VÁLIDO E	N TODO TERRITORIO MACI

SELO DE AUTEN CIDADE 1 1399



São Paulo



## PARECER CONTRÁRIO EM SEPARADO do Vereador Durval Lopes Orlato

PROJETO DE LEI Nº 8.050, do Prefeito Municipal, que autoriza doação, a Associação Pró-Família S/C Ltda. - APROFAM, de áreas públicas localizadas no centro.

O projeto em tela, pretende doar a APROFAM, um terreno no centro da cidade, com mais de 250 m² com valor superior a R\$ 76.000,00 conforme detalhes apontados pela própria Prefeitura Municipal. A matéria é de competência exclusiva do Sr. Prefeito, e sob este prisma não temos nada a reparar.

Esta Comissão não deve abordar neste ato, o quesito mérito, somente com relação a redação e justiça. Assim, embora tivesse algumas restrições quanto ao mérito, no momento oportuno farei a devida manifestação.

No artigo 110, inciso I, item <u>a</u> da Lei Orgânica, temos o seguinte texto: "...doação, que caberá somente para fim de edificação governamental ou <u>para fim filantrópico de instituição privada</u>, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato..." (grifos meus). Ao verificarmos o estatuto da referida entidade, não encontramos em nenhum artigo, de que a mesma se trata de uma "entidade filantrópica", motivo pelo qual o presente projeto não atende a Lei Orgânica.

Também não está explícito o objetivo da presente entidade, pois prevê no artigo 1º do seu estatuto: "..., tendo por objeto a prática da caridade material por todos os meios ao seu alcance,..." (!!??). No artigo 2º do mesmo estatuto: "... com objetivo de angariar fundos e doações, a Aprofam poderá ainda:

- a) Promover eventos extras com fins de angariar fundos.
- b) Utilizar-se de propaganda, na imprensa escrita, falada e televisiva, ou qualquer outro tipo de divulgação que venha a estar ao seu alcance.
- c) Patrocinar eventos que resultem em aumento de doações.

No artigo 3º do estatuto, diz: "... a Aprofam tem por objetivo também promover festas em datas comemorativas, tais como festas...". Não encontrando este vereador, outro item estatutário que fizesse menção aos objetivos.

Assim, podemos dizer que trata-se de uma incorreção, pois "O OBJETIVO É DIFUSO", além de não caracterizar filantropia em nenhum arremedo de "pratica de caridade material". Pergunta-se: CARIDADE PARA QUEM? Não está claro o objetivo estampado no estatuto.

O mandato da Diretoria atual, é de 5 (cinco) anos, sendo a presente entidade fundada há apenas 3 anos. Temos assim, que não houve renovação da diretoria, não tendo a garantia estatutária de que os seus objetivos reais não se disvirtuarão.

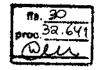
Por estes motivos, é que voto contrariamente a doação, devendo a entidade se adequar melhor as disposições legais para depois pleitear tal doação.

Parecer contrário ao do relator.

Juni 07/06/01

DURVAL LOPES ORLATO





#### REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº

486

SUSTAÇÃO, por dez dias, da tramitação do PROJETO DE LEI N.º 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, que autoriza doação à Associação Pró-Família S/C Ltd.ª-APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

APRQVADO/

Presi≬ente 12./06/2001

REQUEIRO à Mesa, na forma como dispõe o Regimento Interno, mediante aprovação do soberano Plenário, a SUSTAÇÃO, por dez dias, da tramitação do PROJETO DE LEI N.º 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, que autoriza doação à Associação Pró-Família S/C Ltd.®-APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

Sala das Sessões, 12/06/01

DURVAL LOPES ORLATO





PP 2.486/01

APROVADO

West grade

Presidente

28 108 2001

# EMENDA Nº. 1 AO PROJETO DE LEI Nº. 8.050 (do Vereador JOÃO FERNANDO CHAVES RODRIGUES)

No art. 5°, ONDE SE LÊ: "A inobservância das condições fixadas nos artigos 2°. e 4°. desta Lei",

LEIA-SE: "A inobservância das condições fixadas nos artigos 2°. e 4°. desta Lei, ou dar o imóvel em garantia,".

Sala das Sessões, 26.6.2001

JOÃO FERNANDO CHAVES RODRIGUES



#### Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO PROCESSO Nº 32.641

PROJETO DE LEI Nº 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, que autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda. - APROFAM, de áreas públicas localizadas no centro.

PARECER Nº 179

Busca o Executivo com o projeto em estudo autorização da Edilidade para transferir à APROFAM - Associação Pró-Família S/C Ltda., mediante doação, áreas integrantes do patrimônio municipal localizadas na Av. União dos Ferroviários e Rua 1º de Maio, que levará a termo o encargo de lá construir obra necessária à consecução de sua finalidade social.

Sob a ótica econômico-financeiro-orçamentária, âmbito ao qual devemos situar esta nossa análise, consideramos a iniciativa perfeitamente plausível, posto que todas as despesas que decorrerão serão arcadas pela beneficiáriadonatária. Portanto, acolhemos a proposta em seus termos.

Finalizamos, face os argumentos ora destacados, votando pela pertinência do projeto.

Parecer favorável.

APROVADO Q6/06/200 Sala das Comissões, 26.06.2001.

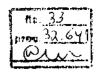
JOÃO FERNANDO CHAVES ROPRIGUES

Presidente e Relater

CLÁUDIO ERNANÍ MARCONDES DE MIRANDA

DE OLIVEIRA CARDOSO ORACI GOTARDO





## COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 32.641

PROJETO DE LEI Nº 8.050, do **PREFEITO MUNICIPAL**, que autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda. - APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

#### PARECER Nº 182

Objetiva-se com a propositura em tela a doação das áreas públicas descritas no artigo primeiro, localizadas na v. União dos Ferroviários e rua 1º de Maio, no Centro, que contam, respectivamente, com 310,66 e 255,12 metros quadrados, à Associação Pró-Família S/C Ltda., para utilização consentânea com suas finalidades sociais, consoante art. 2º.

A medida intentada, justificada às fls. 11, deve contar com o nosso aval, face a relevância do trabalho desenvolvido pela entidade beneficiária, declarada de Utilidade Pública através da Lei 5.320, de 9 de novembro de 1999, e sob a ótica desta comissão acolhemos a iniciativa em seus termos.

Votamos, pois, favorável ao projeto.

É o parecer.

APROVADO

JOÃO DA ROCHA SANTOS

Mauro Marcial Menuchi

Sala das Comissões, 1º.08.2001.

FELISBERTO NEGRI NETO

Presidente e Relator

JOSE CARLOS FERREIRA DIAS

ORACI GOTARDO



110 34 pro: 32.641 QUA

#### REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº

629

ADIAMENTO, por duas sessões, da apreciação do PROJETO DE LEI N.º 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, que autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda. APROFAM, de áreas

públicas localizadas no centro.

CONSIDERANDO a intenção de se formar uma Comissão para conhecer melhor a entidade e analisar a real necessidade da concessão dessas áreas,

REQUEIRO à Mesa, na forma como dispõe o Regimento Interno, mediante aprovação do soberano Plenário, o ADIAMENTO, por duas sessões, da apreciação do PROJETO DE LEI N.º 8.050, do PREFEITO MUNICIPAL, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, 07/08/01

MAURO MARCIAL MENUCH

\* 1º RCPJ - Jundiaí - SP - Nº 50478 CNPJ - 02.746.954/0001-73 Lei de Utilidade Pública Municipal nº 5.320 de 09.11.1999 E-mail - aprofam@aprofam.org.br Navegar é preciso!!! www.aprofam.org.br

Fone (0\*\*11) 7313-0303

Jundiai, 16 de agosto, 2001

A CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

APRESENTAÇÃO DA APROFAM:

Junte-Se ass auto, com cibuic autos, veresdores

A ASSOCIAÇÃO PRÓ FAMÍLIA, APROFAM foi fundada em 15 de maio de 1998 com objetivo de auxiliar famílias carentes em suas necessidades básicas de sobrevivência. O nosso objetivo maior é oferecer cestas básicas a estas famílias e paralelamente oferecer atendimento quanto a vestuário, medicação, consultas médicas, odontologia, psicológicas ,educacional , juridica, contábil, etc. Este atendimento paralelo esta sendo realizado através de um serviço voluntário existente na entidade.

Foi reconhecida como utilidade pública municipal em 9 de novembro 1999 pelo projeto lei n. 5.320.

Encontra-se em andamento os processos municipais de assistência social e conselho municipal da criança e adolescente, mensalmente atendemos 31 famílias cadastradas, composta de 116 pessoas residentes no município de jundiai.

O cadastro ocorre pelo preenchimento de uma ficha inicial onde é realizado levantamento sócio econômico, apresentação de documentos e comprovante de endereço. Em seguida é realizada visitas domiciliares para conhecer a realidade das famílias e comprovação dos dados oferecidos.

Nossa entidade e composto de uma diretoria ativa que trabalha em prol a busca de recursos para dar andamento ao trabalho.

Além dos atendimentos oferecidos, APROFAM, solicitou a Prefeitura Municipal de Jundiaí a adoção de um Terreno para a construção de sua sede própria.

Esta obra tem como objetivo:

- Ampliar o atendimento das familias cadastradas
- Implantar setores em áreas técnicas.
- Implantar projetos em cursos profissionalizantes.
- Implantar atendimento odontológico.
- Implantar o setor psico-social.

Informamos ainda que a parte social, a entidade comemora junto as famílias assistidas as comemorações referente: a Páscoa, Dia das Crianças, e Natal.

Segue em anexo: a planilha demonstrativa do crescimento da Aprofam. Sem mais coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimento e aproveito a oportunidade de convida-los a realizar uma visita.

Paulo Cesar Mattiuzo
Presidente

1º RCPJ - Jundiaí - SP - Nº 50478 CNPJ - 02.746.954/0001-73 Lei de Utilidade Pública Municipal nº 5.320 de 09.11.1999 E-mail - aprofam@aprofam.org.br Navegar é preciso!!! www.aprofam.org.br

## Fone (0\*\*11) 7313-0303



Diretor Xide-presidente

Vimos pelo presente enviar essa Prefeitura., documento contendo a discriminação das Atividades exercidas no imóvel a ser doado, em atendimento ao disposto na Lei Orgânica do Município para instalação de uma Sede para AROFAM - Associação Pró Família.

Estimativas de Áreas	Áreas (m²).
1- Ambiente de Trabalho	
1.1- Recepção; Total 1.1	14.00
1.2- Cozinha; Total 1.2	22.75
1.3- Diretoria; Total 1.3	14.80
1.4- Sala de Reuniões; Total 1.4	19.60
1.5- Sala de Palestras; Total 1.5	23.10
1.6- Salas de Aulas; Total 1.6	28.88
1.7- Lavanderia; Total 1.7	21,53
1.8- Almoxarife; Total 1.8	7.00
1.9- Estacionamento; Total 1.9	84.27
Total 1	289.68
2- Áreas Comuns. Total 2	31.24
Área Construída Total Estimada	320,92  Robinson Marcos dos Santos

Quem quer cria recursos, quem não quer cria desculpas.

337 32.641 Our

Δ	N	റ	1998	ı

1.998	FAMÍLIAS	CESTAS	kg	PESSSOAS	VALORES
JAN	0	0	0	0	R\$ 0,00
FEV	0	0	0	0	R\$ 0,00
MAR	ا آ	0	0	0	R\$ 0,00
ABR	Ö	0	0	0	R\$ 0,00
MAI	10	10	220	51	R\$ 325,00
JUN	10	10	220	51	R\$ 325,00
JUL	12	12	264	63	R\$ 390,00
AGO	15	15	330	74	R\$ 487,50
SET	15		330	78	R\$ 487,50
OUT	17	17	374	93	R\$ 552,50
NOV	18		396	98	R\$ 585,00
DEZ	15		330		R\$ 487,50
TOTAL	112		2464		R\$ 3.640,00

### **ANO 1999**

1,999	FAMILIAS	CESTAS	kg	PESSOAS	VALORES
JAN	15	15	360	90	R\$ 532,50
FEV	17	17	408	98	R\$ 603,50
MAR	17	17	408	98	R\$ 603,50
ABR	15	15	360	90	R\$ 532,50
MAI	14	14	336	85	R\$ 497,00
JUN	16	16	384	96	R\$ 568,00
JUL	17	17	408	99	R\$ 603,50
AGO	18	18	432	103	R\$ 639,00
SET	19	19	456	105	R\$ 674,50
OUT	20	20	480	109	R\$ 710,00
NOV	20	20	480	109	R\$ 710,00
DEZ	20	20	480	109	R\$ 710,00
TOTAL	208	208	4992	1191	R\$ 7.384,00

## ANO 2.000

2.000	<b>FAMILIAS</b>	CESTAS	kg	PESSOAS	VALORES			
JAN	21	21	504	111	R\$ 745,50			
FEV	24	24	576	117	R\$ 852,00			
MAR	24	24	576	117	R\$ 852,00			
MUR	26	26	624	125	R\$ 923,00			
ng and	25	25	600	119	R\$ 887,50			
14.4151	25	25	600	119	R\$ 887,50			
111111	26	26	624	125	R\$ 923,00			
2000	26	26	624	125	R\$ 1.071,20			
07.7	23	23	552	115	R\$ 947,60			
CUT	26	26	624	123	R\$ 1.071,20			
647.357	26	26	624	123	R\$ 1.071,20			
1 11 . 2	26	26	624	123	R\$ 1.071,20			
11117	298	298	7152	1442	R\$ 11.302,90			

## ANO 2001

	a waan ta f	CESTAS	kg	PESSOAS	VALORES
JAN	24.	25	800	101	R\$ 1.125,00
FEV	.414	26	832	101	R\$ 1.170,00
MAR	21	26	832	101	R\$ 1.170,00
ABR	1551	26	832	101	R\$ 1.170,00
MAI		28	896	10 <del>9</del>	R\$ 1.260,00
JUN	78	28	896	109	R\$ 1.260,00
JUL	244	29	928	111	R\$ 1.305,00
AGO		31	992	116	R\$ 1.395,00
TOTAL	23.9	219	7006	849	R\$ 9.855,00



115 38 proc 32.641 QUA

GABINETE DO PRESIDENTE

Of. PR 08.01.233 proc. 32.641

Em 28 de agosto de 2001.

Exmo. Sr.

Dr. MIGUEL MOUBADDA HADDAD

DD. Prefeito Municipal de Jundial

NESTA

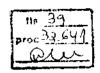
Para seu distinto conhecimento e adoção das providências julgadas cabíveis, a V.Exa. encaminhamos, em duas vias, o Autógrafo referente ao PROJETO DE LEI Nº. 8.050 (objeto de seu Of. GP.L. nº. 257/01), aprovado na sessão ordinária ocorrida nesta data.

Sendo o que havia para o ensejo, queira aceitar, mais, nossas

expressões de estima e consideração.

ANA TONELLI
Presidente





PROJETO DE LEI Nº. 8.050

PROCESSO Nº. 32.641

OFÍCIO PR Nº. 08.01.233

## RECIBO DE AUTÓGRAFO

DATA DE ENTREGA NA PREFEITURA:

29108101

ASSINATURAS:

EXPEDIDOR: WATER

RECEBEDOR:

PRAZO PARA SANÇÃO/VETO

(15 dias úteis - LOJ, art. 52)

PRAZO VENCÍVEL em:

20 109 101

Ollianteon DIRETORA LEGISLATIVA



GABINETE DO PRESIDENTE



PUBLICAÇÃO RUBRICA 31/58/2001 WA

proc. 32.641

### GP., em 31.08.2001

Eu, MIGUEL HADDAD, Prefeito do Município de Jundiaí, PROMULGO a presente Lei:-

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

# Autógrafo PROJETO DE LEI Nº 8.050

Autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda.-APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 28 de agosto de 2001 o Plenário aprovou:

Art. 1°. Fica transferida da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais a área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal, localizada à Avenida União dos Ferroviários s/n° e Rua 1° de Maio, Centro, respectivamente, que assim se descrevem:

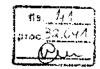
Área 1: MATRÍCULA Nº 57,265 – do 1º SRI - "Com a área de 310,66 metros quadrados, que assim se descreve: inicia na divisa do alinhamento da futura Avenida União dos Ferroviários com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. em reta, numa distância de 34,10 metros confrontando com a Estrada de Ferro Sorocabana; deflete à direita e segue confrontando com a Rua 1º de Maio numa distância de 9,30 metros; deflete à direita e segue confrontando com o imóvel de Nilton Carbol e outros, numa distância de 34,00 metros e deflete à direita e segue confrontando com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. numa distância de 9,00 metros, até o ponto inicial desta descrição."

<u>Área 2: MATRÍCULA Nº 56.397 – do 1º SRI -</u> "Com a área de 255,12 metros quadrados, que assim se descreve: fazendo frente para a Rua 1º de Maio com 7,75metros; lado direito de quem da via olha o imóvel, medindo 34,00 metros confrontando com Rubens Kneubuhl e outro; lado esquerdo de quem da via olha o imóvel, medindo 33,80 metros confrontando com Adrien Carbol; e nos fundos medindo 7,30 metros confrontando com Indústrias Andrade Latorre S.A."

Art. 2°. Fica a Prefeitura do Município de Jundiaí autorizada a alienar, mediante doação, o imóvel descrito no artigo anterior à APROFAM – Associação Pró-Família S/C Ltda., para utilização consentânea com suas finalidades sociais.



### Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo



### GABINETE DO PRESIDENTE

(Autógrafo PL 8.050 - fls. 2)

Art, 3°. A doação far-se-á mediante escritura, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 4º. A entidade beneficiada comprometer-se-á, no instrumento a ser lavrado, a:

I - Iniciar as obras necessárias à utilização pretendida no prazo de 02 (dois) anos contados da data da lavratura da escritura pública;

II - Submeter previamente à aprovação da Prefeitura o projeto de construção com todas as especificações necessárias;

III - Não dar ao imóvel finalidade diversa da estatuída na presente Lei, sendo vedada a locação ou transferência do uso a terceiros, a qualquer título.

Art. 5°. A inobservância das condições fixadas nos artigos 2°. e 4°. desta Lei, ou dar o imóvel em garantia, acarretará a retrocessão do imóvel ao patrimônio público municipal, acrescido das benfeitorias que nele tenham sido realizadas, independentemente de qualquer indenização.

Art. 6°. Fica dispensada a realização do certame licitatório, tendo em vista o relevante interesse público e a prescrição constante do artigo 17, I, "b", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 7°. O imóvel de que trata esta lei está caracterizado na planta anexa, que, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante desta lei, juntamente com o laudo de avaliação pertinente e o projeto de construção.

Art. 8°. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da adquirente do imóvel.

Art. 9°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, jem vinte e oito de agosto de

dois mil e um (28.08.2001).

ANA TONELLI Presidente

an18050 doc/gm





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



COMMERCA MUNICIPAL

OF. GP.L. nº 453/01

Section 1985

Jundiai, 31 de agosto de 2.001.

Excelentíssima Senhora Presidente:

Encaminhamos a V.Exa., o original do Projeto de

061091200

Lei nº 8.050, bem como cópia da Lei nº 5.658, promulgada nesta data, por este

Executivo.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de

elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

À

Exma. Sra.

Vereadora ANA VICENTINA TONELLI

Presidente da Câmara Municipal de Jundiai

N esta

## Processo nº 0777-1/00 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ





### LEI N° 5.658, DE 31 DE AGOSTO DE 2.001

Autoriza doação, à Associação Pró-Família S/C Ltda.-APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 28 de agosto de 2.001, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica transferida da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais a área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal, localizada à Avenida União dos Ferroviários s/nº e Rua 1º de Maio, Centro, respectivamente, que assim se descrevem:

Área 1: MATRÍCULA Nº 57.265 – do 1º SRI – "Com a área de 310,66 metros quadrados, que assim se descreve: inicia na divisa do alinhamento da futura Avenida União dos Ferroviários com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. em reta, numa distância de 34,10 metros confrontando com a Estrada de Ferro Sorocabana; deflete à direita e segue confrontando com a Rua 1º de Maio numa distância de 9,30 metros; deflete à direita e segue confrontando com o imóvel de Nilton Carbol e outros, numa distância de 34,00 metros e deflete à direita e segue confrontando com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. numa distância de 9,00 metros, até o ponto inicial desta descrição."

<u>Área 2: MATRÍCULA Nº 56.397 – do 1º SRI – "Com a área de 255,12 metros quadrados, que assim se descreve: fazendo frente para a Rua 1º de Maio com 7,75 metros; lado direito de quem da via olha o imóvel, medindo 34,00 metros confrontando com Rubens Kneubuhl e outro; lado esquerdo de quem da via olha o imóvel, medindo 33,80 metros confrontando com Adrien Carbol; e nos fundos medindo 7,30 metros confrontando com Indústrias Andrade Latorre S.A."</u>

Art. 2º - Fica a Prefeitura do Município de Jundiaí autorizada a alienar, mediante doação, o imóvel descrito no artigo anterior à APROFAM — Associação Pró-Família S/C Ltda, para utilização consentânea com suas finalidades sociais.

Art. 3º - A doação far-se-á mediante escritura, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



Art. 4º - A entidade beneficiada comprometer-se-á, no instrumento a ser lavrado, a:

- I Iniciar as obras necessárias à utilização pretendida no prazo de 02 (dois) anos contados da data da lavratura da escritura pública;
- II Submeter previamente à aprovação da Prefeitura o projeto de construção com todas as especificações necessárias;
- III Não dar ao imóvel finalidade diversa da estatuída na presente Lei, sendo vedada a locação ou transferência do uso a terceiros, a qualquer título.
- Art. 5º A inobservância das condições fixadas nos artigos 2º. e 4º. desta Lei, ou dar o imóvel em garantia, acarretará a retrocessão do imóvel ao patrimônio público municipal, acrescido das benfeitorias que nele tenham sido realizadas, independentemente de qualquer indenização.
- Art. 6° Fica dispensada a realização do certame licitatório, tendo em vista o relevante interesse público e a prescrição constante do artigo 17, 1, "b", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 7º O imóvel de que trata esta lei está caracterizado na planta anexa, que, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante desta lei, juntamente com o laudo de avaliação pertinente e o projeto de construção.
- Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da adquirente do imóvel.

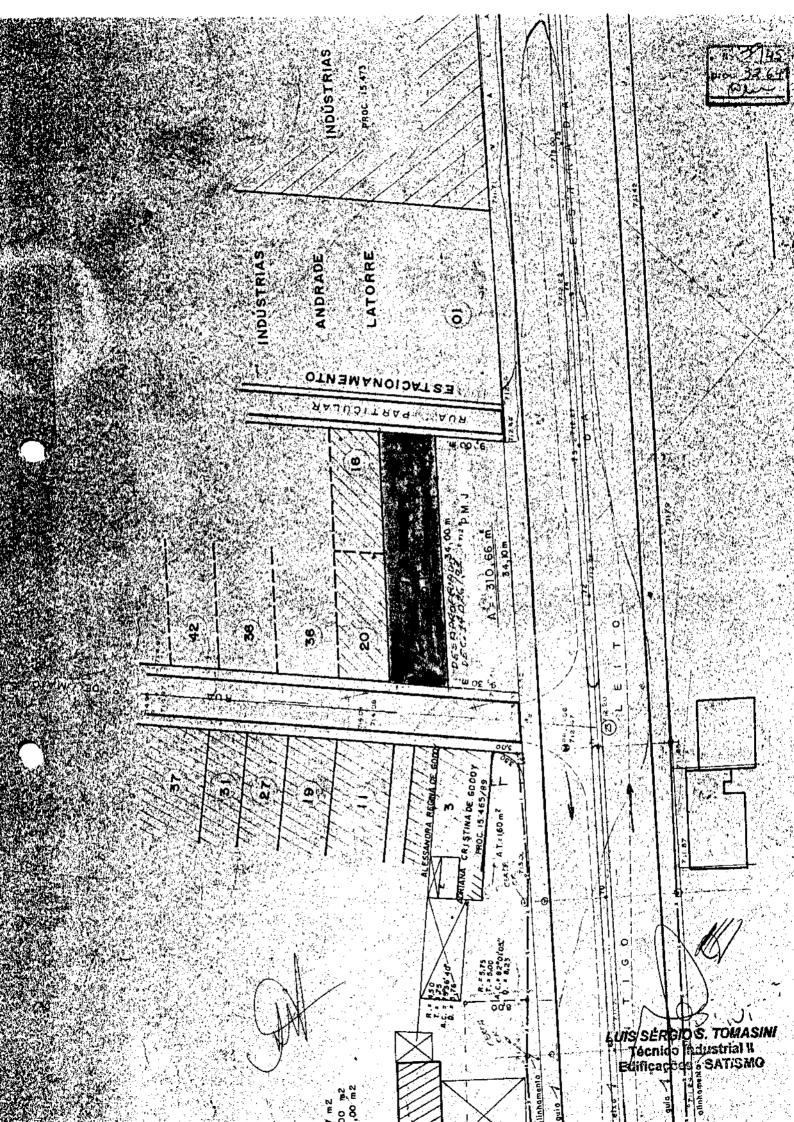
Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e um.

MARIA APARECIDA RÓDRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS D.V.O./SEÇÃO DE ENGENHARIA



## LAUDO DE AVALIAÇÃO

### REFERÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: 1.

Processo nº

777-1/2000

Decreto nº

\* \* \* \* \* \* \*

Finalidade

A avaliação destina-se à doação de próprio municipal.

### REFERÊNCIAS DOMINIAIS: 2.

Proprietária

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Interessados

ASSOCIAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA S/C LTDA.

Cadastro Municipal

01.042.001 e 01.042.037

Matrícula

56,397 e 57,265 - 1º S.R.I

### REFERÊNCIAS DO IMÓVEL: 3.

Local

Av. União dos Ferroviários, esquina c/ Rua 1º de Maio

Imóveis

terrenos

Testadas

34,00 m , para a Av. união dos Ferroviários

Número de Testadas

02

**Formatos** 

irregulares

Topografias

plana, em relação a Av. União dos Ferroviários

Solo

próprio para edificações

Salubridade

seca

Edificações

não há

Serviços Públicos

rede de água potável, rede de esgoto, rede de energia iluminação pública,

rede telefônica,

pavimentação asfáltica e transporte coletivo próximo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS D.V.O./SEÇÃO DE ENGENHARIA



4. ÁREAS AVALIADAS:

Área 1 =  $310,66 \text{ m}^2$ Área 2 =  $255,12\text{m}^2$ 

VALOR AVALIATÓRIO:

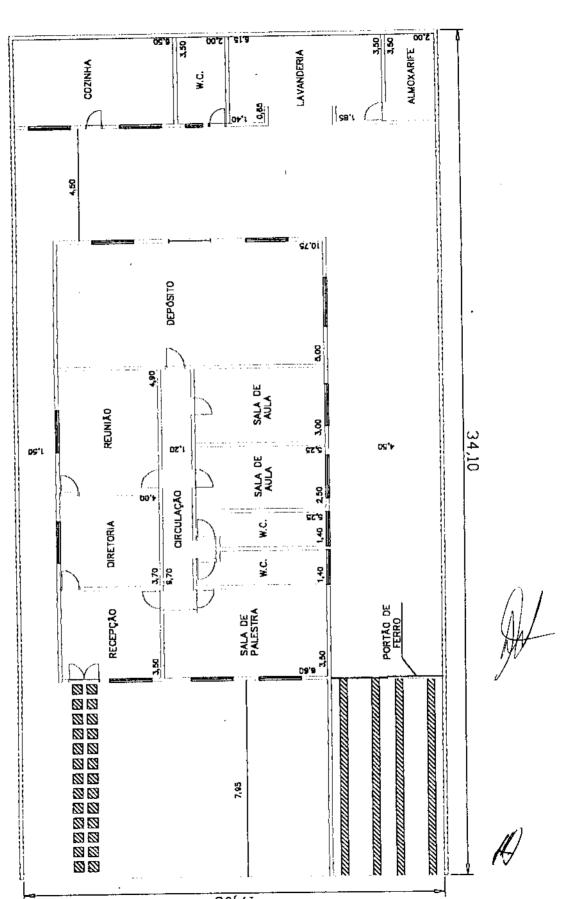
 área 1	:	4.4,00				41.939,10
área 2	:	·		•	R\$	76.380.30

( Setenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e trinta centavos)

Jundiai, 26 de Abril de 2.001.

ANA CRISTINA DE MELO FÉRREIRA ASSISTENTE TÉCNICO I SMO/DVO/SENG

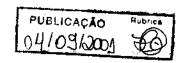




17,05







### LEI Nº 5.658, DE 31 DE AGOSTO DE 2.001

Autoriza doação, à Associação Pró-Familia SAC Ltda.-APROFAM, de áreas públicas localizadas no Centro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 28 de agosto de 2.001, PROMULGA a seguinto Loi:

Art. 1º - Fica transferida da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais a área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal, localizada à Avenida União dos Perroviários s/nº e Rua 1º de Maio, Centro, respectivamente, que assim se descrevem:

Area 1: MATRÍCULA Nº 57.265 — de 1º SRII — "Com a área de 310,66 metros quadrados, que assim se descreve: inicia na divisa do alinhamento da fiatura Avenida União dos Ferroviários com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. em reta, numa distância de 34,10 metros confrontando com a Estrada de Ferro Sorocabana; deflete à direita e segue confrontando com a Rua 1º de Maio muma distância de 9,30 metros; deflete à direita e segue confrontando com o imóvel de Nilton Carbol e outros, numa distância de 34,00 metros e deflete à direita e segue confrontando com a propriedade das Indústrias Andrade Latorre S.A. numa distância de 9,00 metros, sté o ponto inicial desta descrição."

Area 2: MATRÍCULA Nº 56,397 — de 1º SRI — "Com a área de 255,12 metros quadrados, que assim se descreve: fazendo frente para a Rus 1º de Maio com 7,75 metros; lado direito de quem da via olha o insóvel, medindo 34,00 metros confrontando com Rubens Kneubuhl e outro; lado esquerdo de quem da via olha o imóvel, medindo 33,80 metros confrontando com Adrien Carbol; e nos fundos medindo 7,30 metros confrontando com Indústrias Andrade Latorre S.A."

Art. 2º - Fica a Prefeitura do Manicípio de Jundiai autorizada a alienar, mediante dosção, o imóvel descrito no artigo anterior à APROFAM — Associação Pró-Familia S/C Ltda', para utilização consentânes com suas finalidades sociais.

Art. 3º - A dosção far-se-á mediante escritura, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.





(Lei nº 5.658/2001 - fls. 02)

- Art. 4º A cutidado beneficiada comprometer-so-á, no instrumento a ser lavrado, a:
- I Iniciar as obras necessários à utilização pretendido no prezo de 02 (dois) anos contados da data da lavratura da escritura pública;
- II Submeter previamente à aprovação da Prefeitura o projeto de construção com todas as especificações necessárias;
- III Não dar ao imóvel finalidade diversa da estatuida na presente Lei, sendo vedada a locação ou transferência do uso a terceiros, a qualquer título.
- Art. 5º A inobservância das condições fixadas nos artigos 2º. e 4º. desta Lei, ou dar o imóvel em garantia, acarretará a retrocassão do imóvel ao patrimônio público municipal, acrescido das benfeitorias que nelo tenham sido realizadas, independentemente de qualquer indenização.
- Art. 6º Fica dispensada a realização do certame licitatório, tendo em vista o relevante interesse público e a prescrição constante do artigo 17, 1, "b", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 7º O imóvel de que trata esta lei está caracterizado na planta anexa, que, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante desta lei, juntamente com o laudo de avaliação pertinente e o projeto de construção.
- Art. 8° As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da adquirente do imóvel.
- Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# MIGUEL HADDAD Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefestura do Município de Jundiaí, sos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e um.

> MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA Secretária Municipal de Negócios Jurídicos